6.22;2 [Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:-

..6.22.2.1.

...6.22.2.2

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

FL Nº 1991

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1.contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1.que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual .

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

FL Nº 201

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá´ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-fnanceira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a

FL Nº 202

habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10 (dez) por cento, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por sistema de gerenciamento do Pregão.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~*8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*~~

~~*8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos,*~~

~~*a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*~~

~~*8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*~~

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

FL Nº 203

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes efcácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

FL Nº 2052

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata .

10.2.1 .A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2..2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico - https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-area-trabalho-web/seguro/governo/area-trabalho.

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1.deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1.advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se

justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, licitacentralcma@gmail.com

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico:

14.10.1 https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp; e

14. 10. 2 https://www.gov.br/pncp/pt-br,

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1.Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

~~14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato~~

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.4. ANEXO IV – (....)

Manaus- AM, 08 de agosto de 2024

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



FL Nº 211

Termo de Referência 26/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2024	160016-COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM	THIAGO DE ANDRADE ALVES	08/08/2024 18:08 (v 1.0)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90059/2023	64273.007651/2024-89

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel e engarrafados P-13, P-45 E P-20, em proveito do Comando Militar da Amazônia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Und	Quant	Valor Unit	Valor Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	52.782	13,42	R$ 755.838,24
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	393	173,75	R$ 68.283,75
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	1.133	550,00	R$ 623.150,00
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	24	235,00	R$ 5.640,00
5	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461517	UN	120	173,75	R$ 20.850,00
6	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461515	UN	240	550,00	R$ 132.000,00
TOTAL						R$ 1.605.761,99

FL Nº 212

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

(1) ÓRGÃO GERENCIADOR: COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	150	2.000	14.472
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	4	15	90
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	5	15	236
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	750	1.500	3.000
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	2	4	6
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	5	10	21
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS/ 12RM						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	1	8	45
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	1	8	16

3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	1	8	56
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	0	0	0
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	1	4	12
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	3	16	160
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: PARQUE DE MANUTENÇÃO /12						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	10	100	100
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	3	20	20
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	3	20	200
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 12º BATALHÃO DE SUPRIMENTO						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total

1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	50	190	2.965
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	0	0	0
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	2	6	84
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	570	5.400	15.200
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	0	0	0
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	6	32	90
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0
5	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461517	UN	12	36	120

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	0	0	0
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	15	25	33
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	0	0	0

4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0
5	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca) COTA RESRVADA	461517	UN	15	25	33
6	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461515	UN	60	190	240

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: COLÉGIO MILITAR DE MANAUS						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	40	120	5.000
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	1	4	4
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	2	25	81
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: CENTRO DE EMBARCAÇÕES DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	200	2.000	12.000
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	10	30	200
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	5	40	80
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

FL. Nº 216

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
1	GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP A GRANEL	461651	Kg	0	0	0
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	2	10	12
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	25	100	125
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	2	22	24

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses contados da assinatura da ATA de Registro de Preço na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os itens 5, 6 e 7 são reservado para cota de até 25% para ME/EPP, previsto no Art. 48, inciso III da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.7. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.8. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.9. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.*

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

4.1.2. estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 275 conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.1.3. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.1.4. possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica , econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.1.5. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

4.1.6. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.1.7. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.1.8. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 10% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.*

4.4. *Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.5. *A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.*

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

FL Nº 218

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.*

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

- **COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA** – Av. Coronel Teixeira, 4715, Ponta Negra, 69037-000, Manaus – AM;

- **4º COMPANHIA DE INTELIGÊNCIA** – Av. Coronel Teixeira, 4715-A, Ponta Negra, 69037-000, Manaus – AM;

- **7º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO** – Av. São Jorge, 1944, Compensa I, Manaus-AM, 69030-480

- **1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES DE SELVA** – Av. Coronel Teixeira, 5345 - Compensa, Manaus - AM, 69037-000

- **4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO** – Av. Marechal Bittencourt, 97, bairro Santo Antônio, Manaus-AM, 69029-160

- **COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR** – Av. Coronel Teixeira, 6155, Ponta Negra, Manaus-AM, 69037-000

- **12º BATALHÃO DE SUPRIMENTO** – Av. Mal Bittencourt, 55, Santo Antonio, Manaus-AM, 69.029-160

- **1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)** – Av. São Jorge, 650, São Jorge, Manaus-AM, 69033-000

- **4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO** – Estrada do Paredão, S/N, Colônia Oliveira Machado, Manaus-AM, 69074-160

- **CENTRO DE EMBARCAÇÕES DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA** – Av. Coronel Teixeira, 6123, Ponta Negra, Manaus-AM, 69037-010

- **CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA** – Av. São Jorge, 750, São Jorge, Manaus-AM, 69033-000

- **HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS** – Rua Professor Ernani Simão, 1421, Cachoeirinha, Manaus-AM, 69065-060

- **PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/12** – Av dos Expedicionários, 1985, Compensa I, Manaus-AM, 69030-480

- **COLÉGIO MILITAR DE MANAUS** – R. José Clemente, 157 - Centro, Manaus - AM, 69010-070

- **1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AMV)** – Av. São Jorge, 650 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-000

- **COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DO COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO** – Av. Coronel Teixeira, 2061 - Compensa, Manaus - AM, 69037-473

- **3ª COMPANHIA DE FORÇAS ESPECIAIS** – Av. Coronel Teixeira, 8148 - Compensa, Manaus - AM, 69037-000

Garantia, manutenção e assistência técnica

FL Nº 219

5.4. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.5. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

5.6. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.7. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.8. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.9. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.10. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.*

5.11. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

5.12. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

5.13. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*

5.14. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*

5.19. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

FL Nº 220

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

FL Nº 224

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

> 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

FL Nº 224

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. ***Ato de autorização*** *para o exercício da atividade de Distribuição de GLP, expedido pela Agência Nacional de Petróleo, nos termos da Resolução ANP nº 49, de 30 de novembro de 2016.*

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

FL Nº 225

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.30. *Registro da empresa na ANP (Agência Nacional de Petróleo), em plena validade;*

8.30.1 No caso de exercício de atividade de posto de revendedor de GLP: Certificado de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo 3º da portaria ANP nº 709, de 14 de novembro de 2017, dentro do prazo de validade.

8.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.32. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.32.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.32.2. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 1.605.761,99

FL Nº 226

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R$ R$* 1.605.761,99 *(um milhão, seiscentos e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.*

9.4. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

9.5. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

9.5.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.5.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.5.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.5.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/Unidade:~~

~~II) Fonte de Recursos:~~

~~III) Programa de Trabalho:~~

~~IV) Elemento de Despesa:~~

~~V) Plano Interno:~~

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

MARIO SCHIEVELBEIN

Equipe de apoio

FL Nº 227

[redacted]

DEIVIANNE FEITOSA COELHO

Equipe de apoio

[redacted]

SANDRO ROGERIO FERREIRA GOMES

Autoridade competente

Estudo Técnico Preliminar 82/2024

FL Nº 228

1. Informações Básicas

Número do processo: 64273.007651/2024-89

2. Objeto

Eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel e engarrafados P-13 e P-45, em proveito do Comando Militar da Amazônia e Organizações Militares da Guarnição de Manaus/AM.

3. Descrição da necessidade

Aquisição do GLP pelo Comando Militar da Amazônia justifica-se pela missão institucional de apoio logístico a todas suas Organizações Militares subordinadas. Desse modo, a presente aquisição é imprescindível e essencial para a continuidade das atividades administrativas e operacionais, com a finalidade da preparação das refeições para o efetivo das 17 (dezessete) Organizações Militares pertencentes à guarnição de Manaus.

O GLP a ser adquirido e, de acordo com as suas peculiaridades, devem ser convenientemente recebidos oportunamente para serem utilizados conforme as demandas de cada Organização Militar participante no certame licitatório.

Desse modo, o fornecimento de GLP constitui-se em atividade imprescindível e essencial para a continuidade das atividades e decorre de direito previsto no Estatuto dos Militares (alínea "g" do inciso IV do Art. 50 da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

Tais materiais precisam ser adquiridos e, de acordo com as suas peculiaridades, devem ser convenientemente recebidos oportunamente para serem utilizados conforme as demandas de cada Organização Militar participante no certame licitatório, bem como na perspectiva das atividades a serem desenvolvidas no período de 12 (doze) meses das Unidades Gestoras vinculadas ao Comando do CMA, sediadas nesta cidade.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aprovisionamento	[redacted]

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A licitante poderá ser contratada desde que seja pessoa jurídica e que explore ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenda às condições exigidas no certame.

Poderá ser solicitada realização de diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

Nos termos do Decreto n° 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1°, parágrafo único, do Decreto n° 2.783, de 1998, e artigo 4° da Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000.

Serão utilizados como critérios de sustentabilidade ambiental os dispostos nos artigos 5° e 6° da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, de acordo com o que se segue:

FL Nº 229

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (RestrictionofCertainHazardousSubstances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Não ceder, transferir ou subcontratar a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratual;

Indicar responsável para o contato com o CONTRATANTE, sendo que a qualquer momento fornecendo, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, informações, documentos e esclarecimentos necessários sobre a execução do Contrato, mantendo atualizados, e em plena vigência, tanto a documentação como os dados cadastrais junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Ter a plena ciência que o objeto da contratação é de fornecimento de gás GLP para confecção da alimentação de todo efetivo das Organizações Militares (Gestora e participantes) do Comando do CMA, por período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas constantes no Termo de Referência do presente processo licitatório.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

A contratada deverá fornecer, em regime de comodato, os tanques para armazenamento do GLP, em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e NBR 14024 – Sistema de abastecimento a granel, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

6. Levantamento de Mercado

Foi realizada a pesquisa de mercado de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME n° 65, de 07 de julho de 2021. O levantamento de mercado foi realizado no painel de preços do Ministério da economia em referência ao preço praticado no mercado no ano de 2024. Conforme análise critica na pesquisa de preços e mapa em anexos.

7. Descrição da solução como um todo

Quanto a solução para contratação, a escolha da administração foi por uma licitação por itens, contendo 03 (três) itens.
Sendo o critério de seleção o menor preço por item. A modalidade de licitação escolhida é o pregão, na modalidade eletrônica, conforme previsto no art. 2° do decreto 10.024/2019:

Art. 2° O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

FL Nº 230

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo da necessidade foi levantado de acordo com a quantidade do efetivo de cada Órgão, levando-se em consideração as aquisições realizadas no ano anterior, o qual foi consultado através do relatório emitido pelo Sistema de Controle Físico do Exército - SISCOFIS.

Item	Especificação	CATMAT	Und	Quant	Valor Unit	Valor Total
1	Gás liquefeito de petróleo - GLP a granel	461651	Kg	14.400	13,42	193.248,00
2	Gás liquefeito de petróleo - GLP Botija de 13 Kg (em forma de troca)	461515	UN	30	173,75	5.212,50
3	Gás liquefeito de petróleo - GLP Botija de 45 Kg (em forma de troca)	461517	UN	80	550,00	44.000,00
4	Gás liquefeito de petróleo - GLP Botija de 20 Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	235,00	0,00
TOTAL						R$ 242.460,50

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 242.460,50

O custo estimado total da contratação é de R$ 242.460,50 (duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavo).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da contratação é divisível em itens, tendo em vista a ampla participação de licitantes, possibilitando maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

O Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula n° 247, pacificou o seguinte entendimento:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No escopo o estudo preliminar como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para atingir o fim almejado.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do Comando Militar da Amazônia, pois a utilização da sistemática do Grupo Centralizado de Aquisições, Licitações e Contratos da Guarnição Manaus-AM (GCALC) está de acordo com a finalidade do Plano de Gestão. Além disso, a presente contratação possui alinhamento com a sua missão, que é racionalizar as atividades administrativas na Guarnição de Manaus, centralizando os procedimentos e processos comuns, de caráter administrativo.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O Comando Militar da Amazônia, almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, serviços e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

FL Nº 231

14. Providências a serem Adotadas

As Organizações Militares participantes realizarão o agendamento prévio com a Contratada e a preparação os locais de recebimento do gás GLP.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Com o objetivo de adotar as práticas de sustentabilidade, todo o processo deve ser instruído conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), 5ª edição, ano 2022, no que tange a aquisição de gás liquefeito de petróleo e outros materiais engarrafados.

A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa n° 1 SLTI/MPOG, de 19/01/2010. No entanto, salientamos que a empresa a ser contratada não terá bens agregados aos bens que possam ser escolhidos conforme critérios de sustentabilidade como material reciclado atóxico ou biodegradável.

Na execução dos bens a CONTRATADA deverá obedecer ás disposições da Resolução CONAMA n° 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo as diretrizes dispostas no Termo de Referência do processo.

É vedada a utilização na execução dos bens, de quaisquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio -SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e Tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1°, parágrafo único, do Decreto no 2.783, de 1998, e artigo 4o da resolução CONAMA no 267, de
/11/2000.

As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto dalicitação, tanto no processo de matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, bem como, na execução do serviço de manutenção, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) no 06
de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição se GLP se faz necessária a fim de manter a confecção dos géneros alimentícios para o diversos militares do Comando Militar da Amazônia

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

FL Nº 232

[redacted]

MATHEW LOGAN AZEVEDO DE MATOS

Equipe de apoio

[redacted]

MARIO SCHIEVELBEIN

Equipe de apoio

[redacted]

DEIVIANNE FEITOSA COELHO

Equipe de apoio

[redacted]

SANDRO ROGERIO FERREIRA GOMES

Autoridade competente

GCALC GU MANAUS
Fl 233
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º .....

A União, por intermédio do Comando do Comando Militar da Amazônia, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 4715, Ponta Negra, na cidade de Manaus / AM, CEP 69.037-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.207.029/0001-00, neste ato representado pelo Senhor Coronel SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES, Ordenador de Despesas, nomeado pelo Boletim Interno nº 230, de 13 de dezembro de 2022, inscrito no CPF sob o nº [redacted] portador da Carteira de Identidade nº [redacted] M.D, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 30/2023, processo administrativo n.º 64273.007651/2024-89, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP , em proveito do Comando Militar da Amazônia, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 11/2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou*

GCALC GU MANAUS
FL 234
RUBRICA

								validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Comando do Comando Militar da Amazônia

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

~~4.2. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

GCALC GU MANAUS
Fl 235
RUBRICA

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9..

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro

GCALC GU MANAUS
FI 236
RUBRICA

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

GCALC GU MANAUS
FI 237
RUBRICA

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

GCALC GU MANAUS
Fl. 238
RUBRICA

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

GCALC GU MANAUS FI 239 RUBRICA

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

~~*11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*~~

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

Manaus, AM, de agosto de 2024.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante legal do fornecedor registrado

Pela Contratante **Pela Promitente Contratada**

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – CEL R/1
Ordenador de Despesas do CMA

Representante Legal da Empresa

GCALC GU MANAUS
FI 240
RUBRICA

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

Ofício Nr 9-SALC/B Adm/Cmdo CMA
NUP: 64273.009292/2024-02

Manaus/AM, 13 de agosto de 2024.

À Ilma. Senhora,
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas
Av. Tefé, nº 611 – Ed. José Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14

Assunto: Análise Jurídica.

Senhor Consultor Jurídico,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o art. 53 da Lei n. 14.133/21 c/c art. 11 da Lei Complementar n. 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

DATA LIMITE: 15 dias.	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: DATA LIMITE: FLS: 240 fls
E-mail: licitacentralcma@gmail.com	Telefone: (92) 3659-1182
NUP: 64338.000445/2024-46	Nº de volumes: 01 (um)
Valor: R$ 1.605.761,99 (um milhão, seiscentos e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos).	Modalidade: Pregão Eletrônico
Prazo: 9 meses	Sigla do Órgão: CMA
Data de abertura do processo: 08/mar/2024	
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (X) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: Edital: Digital/ Atualização maio 2023 Termo de Referência: Digital/ Atualização maio 2023	
Houve alteração? ( ) SIM (X) NÃO	
Relação dos itens modificados: As supressões encontram-se taxados e os acréscimos, **sublinhados**.	

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo **NUP: 64273.007651/2024-89**, objetivando auxiliar a verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 13/08/2024.

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto/Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel e engarrafados P-13, P-45 e P-20 em proveito do Comando Militar da Amazônia			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA:			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.	x	**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	X	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.			
OBSERVAÇÃO: Não há observação.			

[redacted]

ISMAEL VICTOR DA SILVA ROCHA - 1º Ten

Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do Comando Militar da Amazônia

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER n. 00059/2024/CJU-AM/CGU/AGU

NUP: 64273.007651/2024-89
INTERESSADOS: COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA - CMA
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

EMENTA:

I - Proposta de licitação na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, visando a eventual e futura aquisição de gás GLP;

II - Legislação aplicável sob o regramento da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.818/2021, Decreto nº 11.246/2022, Decreto nº 10.947/2022, Decreto nº 11.462/2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, Portaria ME nº 7.828/2022 e Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021;

III - Certame concebido de forma híbrida, composto por itens autônomos, tendo como parâmetro de destinação o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sob o regramento do 48 da Lei Complementar nº 123/2006, e tendo como critérios de julgamento o menor preço ofertado dos itens; necessitando o efetivo atendimento às cotas reservadas de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto da demanda, ou apresentação de efetiva e comprovada hipótese excludente admitida em norma;

IV - Pela necessidade de ajustes e aprimoramentos na instrução quanto a inserção de documentos legíveis e quanto ao uso do SRP;

V - Pela necessidade de ajustes.

I - RELATÓRIO

1. O **COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA - CMA** submete ao crivo desta Consultoria o procedimento que tem como objeto **aquisição de gás GLP**, para fins de análise e elaboração de parecer jurídico, nos termos do artigo 11, VI, “a”, da Lei Complementar nº 73, de 1993, do artigo 8º - F da Lei n. 9.028, de 1995 e do artigo 53 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. O processo, encaminhado em meio eletrônico por meio do Sistema Sapiens, tendo sido distribuído em **16/08/2024**.

3. Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- Autorização (fls. 01 e 05);
- Termo de abertura (fl. 02);
- Documento de Formalização da Demanda (fl. 03);
- Diex Requisitório (fls. 04/05);
- Designação da equipe ETP e pregoeiro (fls. 07/08);
- Certidão PCA (fl. 10);
- Justificativa - vedação de consórcio (fl. 14);
- Justificativa - natureza comum (fl. 15);
- Justificativa - custeio (fl. 16);
- Justificativa - uso do SRP (fl. 17);
- Justificativa - não divulgação da IRP (fl. 19);
- Justificativa - contratação (fl. 21);

- Relatório da pesquisa de preços (fls. 22/23);
- Mapa de preços (fls. 24/25);
- Justificativa - quantitativo (fls. 31/32);
- Mapa de risco (fls. 33/41);
- Manifestação de interesse - CMA (fls. 42/47);
- Manifestação de interesse - CIGS (fls. 50/58);
- Manifestação de interesse - 3ª Cia Forças Especiais (fls. 59/66);
- Manifestação de interesse - 7º Batalhão de Polícia (fls. 67/73);
- Manifestação de interesse - 4º CGEO (fls. 74/84);
- Manifestação de interesse - CRO (fls. 85/96);
- Manifestação de interesse - 2º Gpte (fls. 97/118);
- Manifestação de interesse - Parque Manutenção (fls. 119/128);
- Manifestação de interesse - 12º Batalhão de Suprimentos (fls. 129/137);
- Manifestação de interesse - 1º BIS Aeromóvel (fls. 138/147);
- Manifestação de interesse - Hospital Militar (fls. 148/155);
- Manifestação de interesse - Colégio Militar (fls. 156/162);
- Manifestação de interesse - Centro de Embarcação (fls. 163/168);
- Manifestação de interesse - 4º Bavex (fls. 169/188);
- Edital (fls. 189/210);
- Termo de Referência (fls. 211/227);
- ETP (fls. 228/232);
- Ata de registro de preços (fls. 233/240).

4. É o essencial do relatório

II - FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
>
> *§1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*
>
> *I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*
>
> *II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*
>
> *(...)*

6. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> **Enunciado BPC nº 7**
>
> *"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

7. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido

regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

8. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

9. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

10. A Lei n. 14.133, dispõe:

> Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
>
> ...
>
> VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

11. O processo examinado se encontra em meio eletrônico. Por essa razão, todos os atos processuais são realizados e arquivados sob a forma de mídias digitais, cuja validade jurídica é reconhecida pela Medida Provisória n. 2.2002, de 2001, e pelo Decreto n. 8.539, de 2015, que tratam da validade dos documentos produzidos em forma eletrônica, bem como do uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

12. Portanto, quanto à autoria, convém mencionar que as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica, produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 12, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, e do art. 219 do Código Civil (art. 10, §1º da MP n. 2.200-2/2001 c/c art. 2º, II, a, do Decreto n. 8.539/2015). Relativamente aos documentos físicos anexados ao processo eletrônico, após procedimento de digitalização, existe a seguinte disposição na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), *in verbis*:

> Art. 12 (...)
>
> IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

13. Por outro lado, o Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020, estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. [1]

14. Destaca-se o fato de que todos os documentos digitalizados deverão ser assinados digitalmente com certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (art. 5º, I). Portanto, sem a assinatura digital os documentos físicos digitalizados não poderão "...se equiparar a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público..." (art. 5º, caput).

15. Cabe observar que o reconhecimento de firma ou a autenticação em cartório são dispensáveis, salvo se houver dúvida com relação à autenticidade de documentos físicos, nos termos do art. 12, V, da Lei n. 14.133, de 2021. [2] Isso, porém, não dispensa a assinatura eletrônica para os documentos digitalizados destinados a processos eletrônicos.

16. E no que diz respeito a processos físicos digitalizados, o §1º do Decreto n. 8.539, de 2015, estipulou o prazo máximo de dois anos para a implementação e uso do meio eletrônico de processo administrativo. [3]

17. Tendo em vista o decurso do prazo, **compete ao órgão consulente apresentar nos autos a devida justificativa para o descumprimento da norma cogente**, porquanto a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133, de 2021) também determina que "os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico" (art. 14, VI).

III - LIMITES E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

18. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, *"estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal",* com imposição de regras relativas à competência para a celebração de novos contratos de aquisição, nos termos de seu artigo 3º.

19. A Portaria ME nº 7.828/2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193/2019, incumbindo ao órgão contratante ficar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.193, de 2019, devendo-se observar os preceitos dos atos normativos regulamentares ainda vigentes.

20. **No presente caso, o valor total estimado da contratação é de R$ 1.605.761,99 *(*um milhão seiscentos e cinco mil setecentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos) e o órgão assessorado declarou que o objeto licitado não constitui "atividade de custeio".**

21. De todo modo, reiteramos que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.

IV - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL

22. O art. 19 da Lei nº 14.133/2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

> *Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:*
>
> *I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;*
>
> *II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;*
>
> *III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;*
>
> *IV - instituir com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;*
>
> *V - a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.*

23. Desse modo, é preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

24. Nesse sentido, um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento é a lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União.

25. Referidos documentos estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: *https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/listas-de-verificacao*.

26. **No caso vertente, os autos não se encontram instruídos com a Lista de Verificação da Orientação Normativa SEGES nº 02/2016.**

27. **Omissão a sanar.**

V - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

28. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010).

29. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

30. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade.

31. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305/2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

32. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

33. Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 1056/2017-Plenário.

34. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

35. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

1. *definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;*
2. *verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,*
3. *verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.*

43. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

44. Neste sentido, o *Parecer nº 01/2021/CNS/CGU/AGU*, aprovado pela Consultoria-Geral da União *(Despacho nº 00525/2021/GAB/CGU/AGU)*:

1. *Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;*
2. *A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;*
3. *Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.*

36. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar; na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantajosidade, na definição do objeto, Plano Diretor de Logística Sustentável e em relação ao Termo de Referência.

37. **No presente processo, verificamos que no item 4 do TR (fl. 217) constam as tratativas sobre sustentabilidade ambiental.**

38. De todo modo, é relevante que a equipe encarregada do planejamento da contratação se debruce sobre os elementos que constam no Guia Nacional das Contratações Sustentáveis, de modo a aferir se existe alguma especificidade que necessite ser introduzida nos regramentos do certame, ora ausentes, a propósito de aprimoramento.

39. Esse o registro essencial quanto a este aspecto do procedimento.

VI - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

40. A Lei nº 14.133/2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

41. O artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o* ***plano de contratações anual d****e que trata o inciso VII do* ***caput*** *do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as* ***leis orçamentárias****, bem como abordar todas as* ***considerações técnicas, mercadológicas e de gestão*** *que podem interferir na contratação, compreendidos:*
>
> *- a descrição da necessidade da contratação fundamentada em* ***estudo técnico preliminar*** *que caracterize o interesse público envolvido;*
>
> *- a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de* ***termo de referência****, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
>
> *- a definição das* ***condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento****;*
>
> *- o* ***orçamento estimado****, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
>
> *- a elaboração do* ***edital*** *de licitação;*
>
> *- a elaboração de* ***minuta de contrato****, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
>
> *- o* ***regime de fornecimento de bens****, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
>
> *- a* ***modalidade*** *de licitação, o* ***critério de julgamento****, o* ***modo de disputa*** *e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o* ***ciclo de vida do objeto****;*
>
> *- a* ***motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio****;*
>
> *- a* ***análise dos riscos*** *que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
>
> *- a motivação sobre o* ***momento da divulgação do orçamento da licitação****, observado o art. 24 desta Lei. (grifou-se)*

42. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

43. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

VI.1. Estudo Técnico Preliminar

44. O Estudo Técnico Preliminar – ETP - da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

45. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

> *§1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*
>
> *descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*
>
> *demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; - requisitos da contratação;*
>
> *estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;*
>
> *estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;*
>
> *justificativas para o parcelamento ou não da contratação; demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;*
>
> *contratações correlatas e/ou interdependentes;*
>
> *descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos debaixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.*

46. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

47. Além das exigências da Lei nº 14.133/2021, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e

48. sobre o Sistema ETP digital.

49. **No caso concreto, observa-se que o processo se encontra com o Estudo Técnico Preliminar (fls. 228/232), elaborado pela equipe de planejamento da contratação.**

50. **Nota-se que o valor citado no documento diverge do citado no Termo de Referência. Ajuste necessário.**

51. Por oportuno, relevante ser alertado que na forma do disposto no §1º do art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, *"[o]s papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público*

ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso VI do caput".

VI.1.1. Descrição da Necessidade da Contratação

52. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

53. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, inciso I e §1º, inciso I da NLLC, já reproduzidos no presente opinativo. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

54. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Tratam-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

55. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei nº 14.133/2021, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, inciso I, Lei nº 14.133/2021).

56. Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

57. **Nesse sentido, constatamos que a necessidade da contratação foi devidamente descrita no tópico 2 do Documento de Formalização da Demanda (fl. 03).**

58. Esse o registro essencial quanto a este aspecto.

VI.1.2. Levantamento de Mercado

59. Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

60. O artigo 9º, inciso III, "a" à "d" da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que "os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração."

61. Já o art. 44 da Lei nº 14.133/2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, inciso I e 18, inciso VIII, da mesma lei.

62. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

63. **Em vista do exposto, registra-se que no caso concreto, o órgão realizou a busca por soluções de mercado, como se verifica nos *tópicos 6- Levantamento de Mercado,* e também o *7 - Descrição da solução como um todo* - do ETP (fl. 229).**

VI.1.3. Definição do Objeto

64. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

65. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

66. De acordo com o art. 18, *caput*, da Lei n. 14.133/2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

67. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

68. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

69. Por fim, deve a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

70. **No caso dos autos, as especificações dos produtos a serem licitados, bem como o respectivo número de referência no catálogo de materiais da Administração Pública Federal (CATMAT), se encontram devidamente descritos na *Tabela* que integra o *subitem 1.1*, constante no *Item. 1. DO OBJETO* do Termo de Referência (fl. 211 e ss).**

VI.1.4. Quantitativos Estimados

71. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

72. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

73. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

74. Nesse sentido, o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

75. Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

76. A estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos aplica-se também no sistema de registro de preços, consoante entendimento do TCU:

> *(...)*
> *9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU que oriente suas unidades, especialmente a Secretaria de Controle Externo das Aquisições Logísticas (SELOG), sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços:*

> *9.3.1. planejamento da contratação, incluindo os procedimentos relativos à intenção de registro de preços e* ***à estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos*** *- arts. 6º, inciso I, e 10, § 7º, do Decreto Lei 200/1967, art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993, arts. 4º, 5º,inciso V, e 8º do Decreto 7.892/2013 e Acórdãos 1.100/2008, 392/2011 e 3.137/2014, do Plenário, 612/2004 e 559/2009, da 1ª Câmara, e 1.720 e 4.411/2010, da 2ª Câmara;" (g.n)*

77. Ressalte-se que no âmbito desta Consultoria foi expedida a Orientação Normativa nº 02, de 03/12/2020, com o seguinte teor:

> ***ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020***
>
> *O COORDENADOR da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Aquisições (eCJU/Aquisições), com base no artigo 2º da PORTARIA Nº 14, DE 23 DE JANEIRO DE 2020, da Advocacia Geral da União, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, IV e VI, do art. 4º da PORTARIA ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU Nº 1, DE 17 DE JULHO DE 2020, resolve expedir a presente orientação normativa:*
>
> ***No caso de compra de bens, a Administração deverá observar o disposto no Art. 15, §7º, II, da Lei nº 8.666/93, justificando as quantidades a serem adquiridas em função do consumo do órgão e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (Ex: consumo do exercício anterior, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, implantação de setor, acréscimo de atividades, etc.)****.*
>
> *Referências: ON 52/2009 CJU-MG. Parecer de uniformização Nº AGU/ CGU/NAJ/MG1417/2008-CMM.*

78. **No presente caso, não se apresenta objeção à documentação que se encontra anexada no processo, vez que aparentemente - contém os requisitos necessários à definição dos quantitativos que serão licitados porquanto o órgão consulente documentou a estimativa das quantidades, utilizou parâmetros de estimativa e incluiu as memórias de cálculo que dão suporte aos quantitativos (item 8 do ETP, fl. 230).**

79. Denote-se que apesar de no Pregão sob o SRP não existir a obrigatoriedade de aquisição da quantidade total estimada de cada item, a Administração não pode prever a aquisição dos bens e quantitativos que imaginar, sem nenhum compromisso com uma futura aquisição. Destarte, tanto os bens descritos, quanto os quantitativos estimados devem guardar compatibilidade com a demanda e também com os recursos orçamentários disponíveis no órgão promotor da licitação, de modo a não gerar falsas expectativas aos licitantes, que poderão ofertar seus preços com base em uma demanda superestimada.

80. Ainda é relevante mencionar, que esse aspecto poderá criar futuros transtornos à Administração, pois os licitantes poderão recorrer à via administrativa ou judicial alegando que os bens licitados e os quantitativos estimados não eram compatíveis com a realidade orçamentária do órgão promotor da licitação.

81. Indo além, não se apresenta objeção à metodologia adotada para a apuração do quantitativo estimado dos produtos a serem licitados, vez que, aparentemente, contém os requisitos necessários e que dão suporte aos mencionados quantitativos, porém, *o acervo documental de comprovação desse consumo que serviu de parâmetro para esta demanda aqui sediada, deverá estar disponível para os órgãos de controle*.

82. Deve-se ressalvar que não compete a esta unidade jurídica adentrar em questões técnicas, apenas apontar que o processo necessariamente contenha os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação e verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

83. Esse o registro essencial quanto a esta especificidade do procedimento em testilha.

VI.1.4. Parcelamento do Objeto da Contratação

84. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021:

> *Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*
>
> *(...)*

> *V - atendimento aos princípios:*
> *da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*
> ***do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;***
> *da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.(...)* (grifou-se)

85. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

> *§2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:*
> *I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;*
> *II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e*
> *III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

86. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

> *§3º O parcelamento não será adotado quando:*
> *I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*
> *II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*
> *III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.*

87. Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua:

> *"Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam."*

88. Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens seja considerado indivisível, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

89. Por outro lado, a disposição de um objeto em tese indivisível em um mesmo item (como nos casos de aquisição com instalação, por exemplo), ou a agregação de itens em um grupo, pode vir a caracterizar a não observância do referido princípio, demandando, necessariamente, justificativa por parte do órgão ou entidade.

90. Ainda nesse tocante, a agregação de itens em grupo para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo pode vir a comprometer a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa, caso seja possível a contratação de itens isolados e a não contratação de outros. Nesses casos, seria cabível aplicar em um pregão comum, por analogia, as regras dos §§1º e 2º do artigo 82, que disciplina o Sistema de Registro de Preços:

> *§1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.*
> *§2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.*

91. De qualquer forma, a decisão final envolve contornos técnicos e gerenciais específicos, a serem pormenorizados pelo órgão contratante, mediante justificativa baseada nos elementos legalmente definidos.

92. **No caso em análise, o *subitem 1.2*, que integra o *Item 1. DO OBJETO* do Edital (fl. 189) indica que a adjudicação será por itens, opção que atende ao princípio do parcelamento.**

VI.2. Instrumentos de Governança - PCA, PLS e Outros

93. De acordo como do artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

> *Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:*
> *(...)*
> *VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.*

94. É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

> *Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:*
>
> 1. - *Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;*
> 2. - *Plano de Contratações Anual;*
> 3. - *Política de gestão de estoques;*
> 4. - *Política de compras compartilhadas;*
> 5. - *Gestão por competências;*
> 6. - *Política de interação com o mercado;*
> 7. - *Gestão de riscos e controle preventivo;*
> 8. - *Diretrizes para a gestão dos contratos; e*
> 9. - *Definição de estrutura da área de contratações públicas.*
>
> *Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si.*

95. É certo que o administrador público deve demonstrar que a contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado.

96. Sem prejuízo da orientação acima, convém tecer algumas considerações sobre os instrumentos de governança abaixo indicados.

VI.2.1. Plano de Contratações Anual - PCA

97. O Decreto nº 10.197/2022, regulamentou o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, tendo imposto aos órgãos e as entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

98. É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §º, da Lei nº 14.133/2021.

99. Convém lembrar que, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.197, de 2022, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

100. **No caso concreto, no subitem 2.2, que está integrado ao Item 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, do Termo de Referência (fl. 216), foi consignado se o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.**

101. Esse o registro quanto a esta especificidade.

VI.2.2. Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e Definição de Critérios de Sustentabilidade nas Aquisições

102. Como visto, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

103. **No caso concreto, a Administração não registrou se a demanda está devidamente contemplada no PLS do órgão, o que deve ser regularizado.**

VI.3. Análise de Riscos

104. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

105. No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

106. Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

107. **No caso concreto, o Mapa de Risco consta às fls. 33/41.**

VI.4. Designação de agentes públicos

108. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133/2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

> *Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos: sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;*
>
> *tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.*
>
> *1º A autoridade referida no **caput** deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.*
>
> *§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.*
>
> *Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.*
>
> *§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.*

> *§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.*
>
> *§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.*
>
> *§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.*
>
> *§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.*

109. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133/2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

> *1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.*
>
> *§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.*

110. O Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

111. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

> ***Lei nº 14.133/2021***
>
> *Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da **segregação de funções**, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*
>
> *(...)*
>
> *Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:*
>
> *(...)*
>
> *§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o **princípio da segregação de funções**, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação. (grifou-se)*

> ***Decreto nº 11.246, de 2022***
>
> *Princípio da segregação das funções*
>
> *Art. 12. O* ***princípio da segregação das funções*** *veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.*
>
> *Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o* ***caput****:*
>
> *I - será avaliada na situação fática processual; e II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão: a) da consolidação das linhas de defesa; e*
>
> *b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação. (grifou-se)*

112. Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

> *Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.*

113. Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

114. **No presente caso, foi juntada aos autos o ato de designação do pregoeiro e equipe de apoio à fl. 08.**

115. Assim, o procedimento se mostra suprido quanto a este aspecto.

VII. ORÇAMENTO ESTIMADO E PESQUISA DE PREÇOS

116. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

> *Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*
>
> *§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*
>
> *composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas*
>
> *(PNCP); contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um)ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*
>
> *pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.*
>
> *(...)*

117. Além das regras legais, também devem ser observadas as normas da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece o dever de materialização da pesquisa de preços em documento que contemple, no mínimo, as exigências do artigo 3º da referida norma:

> *Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:*
> *descrição do objeto a ser contratado;*
> *identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;*
> *caracterização das fontes consultadas; série de preços coletados; método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.*

118. Referida Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, em seu artigo 5º, define os parâmetros a serem utilizados na estimativa de custos, de forma bastante similar ao disposto na Lei nº 14.133/2021. Acrescenta, no entanto, no §1º do artigo 5º que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II, painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente, devendo ser apresentada justificativa nos autos em caso de impossibilidade de adoção destes.

119. Um ponto a ser destacado é a necessidade jurídica dessa priorização, a ser justificada nos autos quando não observada.

120. Um outro ponto refere-se ao limite temporal estabelecido para os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, voltados a evitar que os valores pesquisados já estejam desatualizados, conforme descrito nos incisos do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, cabendo repetir a pesquisa de preços sempre que ultrapassado o ali prazo previsto.

121. Por fim, impende ressaltar a previsão do art. 6º, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que deve ser observada pelo consulente no sentido de que "Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados ".

122. **Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, o órgão juntou:**

- **Relatório da pesquisa de preços (fls. 22/23);**
- **Mapa de preços (fls. 24/25);**
- **Pesquisa de preços (fls. 44/188).**

123. Esses os apontamentos necessários quanto a este aspecto fundamental do procedimento.

VI.1. Orçamento Sigiloso

124. A Administração pode optar pela realização de licitação com preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o art. 24, da Lei nº 14.133/2021:

> *Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:*
> *- o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; - (vetado)*
> *Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.*

125. De acordo com o art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, o ETP deve tratar da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

126. Desse modo, o planejamento da contratação deve contemplar a análise de conveniência e oportunidade sobre a adoção ou não do orçamento sigiloso.

127. Convém ressaltar que, em caso de adoção do critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável deve constar obrigatoriamente do edital da licitação, ou seja, não é possível adoção de orçamento sigiloso (cf. art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

128. **No caso, verifica-se que o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação na expressão de R$ 1.605.761,99 *(*um milhão seiscentos e cinco mil setecentos e sessenta e um reais e noventa e nove**

centavos), consta consta no *Item 9. Estimativas do Valor da Contratação* do Termo de Referência (fl. 226), não havendo que se cogitar no seu caráter sigiloso.

VII. DA DESTINAÇÃO DO CERTAME E DAS COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP138.

129. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00.

130. Da mesma forma, o art. 6º do Decreto 8.538, de 2015, estabelece que as licitações para contratações públicas de bens, serviços e obras, cujo valor esteja abaixo de R$ 80.000,00, deverão ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

131. No que tange a incidência do valor limite da licitação exclusiva por item de contratação, independentemente do valor global do certame, o inciso I do artigo 48 da LC 123/2006 é claro ao informar que a licitação exclusiva deverá ser realizada nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

> Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25%(vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147,de 2014)§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento)do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147,de 2014).

132. **O edital adotou modelagem com itens exclusivos para ME/EPPs (item 3.5, fl. 190), naqueles com valor abaixo de R$ 80.000,00. Esta regra de licitação diferenciada (itens exclusivos) é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123, de 2006, como visto acima.**

VIII. TERMO DE REFERÊNCIA

133. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021:

> *Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*
>
> *XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*
>
> *definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
>
> *fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
>
> *descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; requisitos da contratação;*
>
> *modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
>
> *modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade; critérios de medição e de pagamento; forma e critérios de seleção do fornecedor; estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros*

> *utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; j) adequação orçamentária;*
> *(...)*

134. Especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

> *Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*
> *(...)*
> *§1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do **caput** do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:*
> *especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança; indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;*
> *especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.*
> *(...)*

135. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

136. **No caso dos autos, consta o Termo de Referência (fls. 211/227), como instrumento que ostenta os aspectos próprios de sua especificidade e está elaborado em conformidade com o modelo padronizado pela AGU, nele contendo os elementos indispensáveis na forma padronizada (inciso IV do art. 19 e §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021 c/c §2º do art. 9º da IN SEGES/ME nº 81/2022).** E, por fim, constata-se que o órgão atendeu ao disposto no art. 10 da IN SEGES/ME nº 81/2022, que trata da necessidade de avaliação quanto à pertinência de classificar o Termo de Referência nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

137. De todo modo, merece ser destacados algumas considerações sobre os seus elementos essenciais.

138. **Nota-se que o consulente suprimiu o item 10.2 e acrescentou os itens 1.6/1.9, 8.30.1 sem juntar qualquer justificativa aos autos.**

139. **Justificativa necessária.**

140. **Recomendamos atenção para o cumprimento do prazo de vigência citado no item 1.4, fl. 216:**

> 1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses contados da assinatura da ATA de Registro de Preço na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

141. **Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele parece conter as previsões necessárias, atendendo às prescrições legais pertinentes.**

IX. MINUTA DE EDITAL E DEMAIS ANEXOS

IX.1. Do Edital

142. **A minuta de edital foi juntada aos autos (fls. 189/210) e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.**

143. Sendo certo, que sobre este instrumento, o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

144. É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

1. *justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto;*
2. *justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;*
3. *justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e*
4. *justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.*

145. **Nota-se que o consulente alterou o item 6.22.1 suprimiu os itens 7.4, 7.7/7.7.2, da minuta sem juntar qualquer justificativa aos autos.**

146. **Justificativa necessária.**

IX.2. Minuta do Termo de Contrato

147. **O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.**

148. **No caso dos autos, a minuta do contrato não foi juntada ao processo. E, não consta nos autos a indicação de qual será o instrumento substitutivo.**

149. **Omissão a sanar.**

IX.3. Minuta da Ata de Registro de Preços

150. Os requisitos da minuta da ata de registro de preços estão previstos no Decreto nº 11.462/2013, devendo estar em conformidade também com a minuta do edital e do termo de referência.

151. **No caso dos autos, observa-se que foi colacionada a minuta de Ata (fls. 233/240), nos moldes do modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, contendo os elementos indispensáveis na forma padronizada (inciso IV do art. 19 e §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021).**

152. **Nota-se que o consulente suprimiu o itens 4.10 da minuta sem juntar qualquer justificativa aos autos. Justificativa necessária.**

153. **No caso dos autos, não obstante o modelo padronizado da ata de registro de preços disponha de campo específico para preenchimento pelo órgão assessorado, nota-se que as informações pertinentes (quantitativos mínimo, máximo e total) não foram incluídas e tampouco foram citados os órgão participantes.**

X. PUBLICIDADE DO EDITAL E TERMO DE CONTRATO

154. Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

155. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é *obrigatória* a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

XI. ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA E ADOÇÃO DO SRP

156. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei n. 14.133, de 2021.

157. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei n. 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> (...)

> XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
>
> (...)

158. Sobre a necessidade de a Administração declarar a natureza do objeto da contratação, a Orientação Normativa n. 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

> Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

159. Na concepção de Marçal Justen Filho, "bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio" (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

160. Ademais, segundo o art. 29, da Lei n 14.133, de 2021, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida, obrigatoriamente, através da modalidade Pregão, na forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador deve seguir o regime jurídico pertinente à natureza dos bens licitados:

> Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado**.
>
> Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

161. **O presente procedimento licitatório é destinado à aquisição de bens comuns, conforme classificação empreendida pelo órgão (item 1.2 do TR, fl. 216).**

162. Atestada a natureza comum dos bens destinados à aquisição pretendidos, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

163. **Em relação à adoção do Sistema de Registro de Preços**, necessário sempre pontuar que ele é um procedimento auxiliar permitido pela Lei, que facilita a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se abrir um certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados, para que posteriores necessidades de contratação sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços aferidos.

164. De acordo com o art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

> *Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*
>
> *quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*
>
> *quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*
>
> *quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

165. **Consta a justificativa para o uso do SRP à fl. 17:**

JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1) Esclareço que a adoção do Sistema de Registro de Preços baseia-se no artigo 3º do Decreto Nr 11.462, de 31 de março de 2023, in verbis:

> *Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*
> *I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*
> *II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*

2) Ressalta-se que o Pregão Eletrônico Nr 90019/2024 tem por objeto aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel e engarrafados P-13, P-45 e P-20, em proveito do Comando Militar da Amazônia.

XII. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

166. Nos termos do art. 7º, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, cabe ao órgão gerenciador "realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento".

167. Outrossim, conforme art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023 o procedimento da IRP somente poderá ser dispensado "quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante".

168. **Consta a justificativa para não divulgação da IRP às fls. 19.**

169. **Todavia, deve o órgão** justar o fundamento para o uso do SRP de forma que conste o inciso III (participação de mais de um órgão), eis que existem órgãos participantes **Ajuste necessário.** É o registro essencial quanto a esta especificidade.

170. **Existe um ponto importante que merece correção.**

171. Analisando as planilhas inseridas no Termo de Referência, temos que as necessidades do Órgão gerenciador *(CMA)* se restringem aos itens 1, 2 e 3.

172. Por óbvio, portanto, que os Órgãos participantes - *assim ali denominados e* **nessa condição** - somente poderiam demonstrar interesse no procedimento público de registro de preços, e dele participar, em relação aos itens 1, 2 e 3 da referida Planilha.

173. Nada obstante, um Órgão participante (4º BAVEX) demonstrou – *vide Planilha Individualizada – fl. 216* - interesse em participar do registro de preços em relação a item que não faz parte das necessidades do Órgão gerenciador, **o que se afigura impossível**. No caso o item intitulado GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg - item 4.

174. Em outras palavras, as necessidades não seriam do gerenciador, seriam, sim, do participante, em total inversão.

175. Neste aspecto recomenda-se que tal item seja retirado.

XIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS - AUTUAÇÃO DO PROCESSO

176. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

177. Por seu turno, a Orientação Normativa AGU nº 2, de 01/04/2009, assim dispõe:

> *"Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência*

cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

178. Aplicáveis ainda, a Portaria Interministerial nº 1.677, de 2015 (no caso de órgãos integrantes do SISG) e Portaria Normativa MD nº 1.243, de 2006 (para os órgãos militares), que também dispõem sobre procedimentos gerais referentes à gestão de processos, sendo recomendável também que o consulente verifique se há disciplina própria reguladora no âmbito de seu órgão.

179. Nesse contexto, é necessário observar que a atividade consultiva não tem o dever de conferência minuciosa da regularidade formal de todos os aspectos formais do processo (como a correta numeração de folhas), salvo quando percebida durante a análise jurídica.

180. São essas as considerações que temos a oferecer em relação aos fundamentos aplicados, a forma em que foi empreendido e ao que consta nas minutas ofertadas à análise para a pretensa propulsão do vertente procedimento.

XIV. CONCLUSÃO

181. Diante do exposto, abstraídas questões técnicas que não competem ao assessoramento jurídico, considerando a necessidade de ajustes na instrução processual e em documentos que compõem o processo, faz-se necessária a restituição do feito ao órgão consulente a fim de que possam ser conhecidas e implementadas as orientações acima, com destaque para aquelas em negrito, dentre as quais as principais são resumidamente mencionadas abaixo:

1. **Que preencha a tabela da Ata de Registro de Preços com os quantitativos e participantes, se for o caso;**
2. **Que esclareça e faça os devidos ajustes citados no tópico "INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS";**
3. **Remova o item 4 atendendo a recomendação do trecho intitulado "INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS";**
4. **Que indique o instrumento substitutivo ao contrato;**
5. **Que junte aos autos a lista de verificação;**
6. **Que ajuste o valor da aquisição no ETP;**
7. **Que atenda todas as recomendações dadas na análise das minutas.**

182. Eventuais dúvidas ou dificuldades para a adoção do recomendado deverão ensejar consulta especifica a esta Consultoria. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, será possível dar-se o prosseguimento ao processo, nos seus demais termos, sem nova manifestação jurídica.

Manaus, 26 de agosto de 2024.

(assinado digitalmente)
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
ADVOGADA DA UNIÃO
CONSULTORA JURÍDICA DA UNIÃO NO AMAZONAS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64273007651202489 e da chave de acesso 3f36764e

Notas

1. ^ *Art. 5º O documento digitalizado destinado a se equiparar a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público interno deverá:I - ser assinado digitalmente com certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de modo a garantir a autoria da digitalização e a integridade do documento e de seus metadados;II - seguir os padrões técnicos mínimos previstos no Anexo I; eIII - conter, no mínimo, os metadados especificados no Anexo II.*

2. ^ *V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;*
3. ^ *Art. 22. (...) § 1º O uso do meio eletrônico para a realização de processo administrativo deverá estar implementado no prazo de dois anos, contado da data de publicação deste Decreto.*

Documento assinado eletronicamente por FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1594441774 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-08-2024 11:27. Número de Série: 654372557451877645764062110 80. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES

DESPACHO N. 009/2022/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU
PROCESSO N. 00688.001043/2020-82
ORIGEM: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL EM AQUISIÇÕES (E-CJU/AQUISIÇÕES)

1. De acordo com o que estabelece o art. 10, § 3º da Portaria nº 14 de 23 de janeiro de 2020 do Advogado-Geral da União, a coordenação da e-CJU/Aquisições confere conhecimento à seguinte ON :

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.

O COORDENADOR da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Aquisições (e-CJU/Aquisições), com base no artigo 2º da PORTARIA Nº 14, DE 23 DE JANEIRO DE 2020, da Advocacia-Geral da União, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, IV e VI, do art. 4º da PORTARIA E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU Nº 1, DE 17 DE JULHO DE 2020, resolve expedir a presente orientação normativa:

I - Tendo sido realizada a aprovação das minutas editalícias, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, diante de eventual repetição daquele específico procedimento licitatório, em continuidade ao anterior certame deserto, cancelado ou fracassado, com a mera repetição de procedimento e sem que tenham ocorridas alterações substanciais no modelo de minuta de edital adotada, resta afastada a obrigatoriedade de reenvio para aprovação deste órgão de consultoria jurídica.

II - A critério do órgão assessorado, existindo dúvida jurídica em relação à repetição do procedimento ou de outra natureza, poderá ser feita consulta específica com envio dos autos ao órgão jurídico, tratando-se na espécie de parecer facultativo, sem caráter obrigatório.

Referências: PARECER n. 00011/2021/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU; ORIENTAÇÃO NORMATIVA INTERNA CJU/RS Nº 14, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A "aprovação jurídica", parecer de natureza obrigatória preconizado pelo parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, não pode se subverter em um gargalo burocrático disfuncional.

Tendo ocorrido anterior aprovação jurídica das minutas, a repetição do procedimento licitatório com a utilização das mesmas minutas torna despiciendo, desnecessário e disfuncional o envio obrigatório, uma vez que o ato jurídico de aprovação já teria ocorrido.

Obviamente, existindo dúvida jurídica do órgão consulente, como, por exemplo, em relação à repetição do procedimento, o órgão jurídico poderá ser consultado. Esta ideia, inclusive, lastreia a Orientação Normativa nº 64/2020, da Advocacia Geral da União, em relação ao ato de aprovação e as ulteriores adesões, que, no âmbito da Lei nº 8.666/93, não exigiam a emissão de parecer jurídico obrigatório (algo que será parcialmente alterado, nas licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021).

A eficiência na Administração Pública encarta o dever de que sejam otimizados os meios disponíveis ao administrador público para obtenção dos resultados pretendidos com ação administrativa. Logo, reduz-se o poder de escolha dos meios disponíveis, devendo ser adotado aquele que cause menor ônus e traga, com a mesma eficácia, o resultado pretendido (MAURÍCIO JR. André Jackson de Holanda. TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Improbidade Administrativa*. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018). Nesse sentido, explica Alexandre Santos de Aragão que "[a] eficiência não pode ser entendida apenas como a maximização financeira, mas sim como um melhor exercício das missões de interesse coletivo que incumbem ao Estado, que deve obter a maior realização prática possível das finalidades do ordenamento jurídico, com os menores ônus possíveis, tanto para o Estado, inclusive de índole financeira, como para as liberdades dos cidadãos" (ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 73).

Como anteriormente ponderado, já tendo ocorrido anterior aprovação jurídica das minutas, a repetição do procedimento licitatório com sua reutilização (das minutas) afasta a necessidade de uma nova aprovação obrigatória, simplesmente pelo inequívoco fato de que elas já foram aprovadas. Como bem pontuado pela CJU/RS, este proceder não ofende o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93, uma vez que houve prévia análise das minutas de edital e anexos pelo órgão de assessoramento jurídico, por ocasião da licitação que restou deserta ou que teve itens cancelados.

2. Dê-se ciência das Orientações Normativas aos demais membros da e-CJU/Aquisições, como também encaminhe-se ao DEINF para conhecimento e registro.

João Pessoa, 12 de janeiro de 2022.

FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO

A consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante a utilização do Número Único de Protocolo (NUP) 00688001043202082 e da chave de acesso eff3f975.



Documento assinado eletronicamente por FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 798989895 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO. Data e Hora: 12-01-2022 15:22. Número de Série: 102842930061380909832245289 61. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13201011477	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: K R G TEIXEIRA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2400082765

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		023	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

MANAUS
Local

2 Julho 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1655545 em 02/07/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240360249 - 25/06/2024. Autenticação: AEC839DAC3199933F32E01B18E84BD64C83CDDB. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/036.024-9 e o código de segurança z5Fp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/036.024-9	AME2400082765	25/06/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	02/07/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

ALTERAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
K R G TEIXEIRA LTDA
CNPJ 29.091.842/0001-88

KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, Casada, Comunhão Parcial, nascido em 17/10/1983, nº do CPF: [redacted] identidade: [redacted] órgão expedidor: SSP-AM, RESIDENTE E DOMICILIADA na Rua BARAO DE PARANAPIACABA, número 759, bairro FLORES município MANAUS - AM, CEP: 69.058-210, **ÚNICA SÓCIA** da empresa **K R G TEIXEIRA LTDA**, com sede na AVENIDA LAGUNA, número 1231, bairro LIRIO DO VALE, município MANAUS - AM, CEP: 69.038-010, com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 29.091.842/0001-88, resolve:

ALTERAR E CONSOLIDAR o seu registro de **SOCIEDADE LTDA**, a qual se regerá, doravante pelo Ato Constitutivo, nos termos do Ar t. 1.052, §1° do Código Civil, com as alterações introduzidas pela Lei 13.874/2019, sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica criada uma filial da sociedade com sede na Rua Waldir Pequeno, n° 12, Conjunto Vista Bela, bairro Planalto, cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69044-470.

CLÁUSULA SEGUNDA – A atividade exercida na filial será:

- 7711000 – LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR

CLÁUSULA TERCEIRA – O capital social da filial será de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) dividido em 700.000 (setecentos mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente e legal do País.

CLÁUSULA QUARTA – A sócia decide neste ato, em virtude das deliberações acima expostas **CONSOLIDA E ALTERA** o Contrato Social, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LTDA
K R G TEIXEIRA LTDA
CNPJ 30.302.254/0001-25

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial **K R G TEIXEIRA LTDA**, a sociedade exerce suas atividades no seguinte endereço: Avenida Laguna, 1231, bairro Lirio do Vale, munícipio de Manaus – AM, CEP: 69.038-010. Podendo estabelecer filiais ou sucursais em todo território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade possui 1 (uma) filial instalada na Rua Waldir Pequeno, n° 12, Conjunto Vista Bela, bairro Planalto, cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69044-470, com a seguinte atividade:

- 7711000 – LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

ATIVIDADE PRINCIPAL: 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1655545 em 02/07/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240360249 - 25/06/2024. Autenticação: AEC839DAC3199933F32E01B18E84BD64C83CDDB. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/036.024-9 e o código de segurança z5Fp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS: 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
47.22-9-02 – Peixaria
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-99- Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CLÁUSULA QUARTA - A empresa iniciou suas atividades em 17/11/2017 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital é de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), divididos em 700.000 (setecentos mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) em moeda corrente do País, totalmente integralizados em moeda corrente e legal do país fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Nome	%	Quotas	Valor R$
KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	100 %	700.000	R$ 700.000,00
TOTAL	100%	700.000	R$ 700.000,00

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de sua quota e responde solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da sociedade é exercida pela sócia **KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA**, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término de cada exercício, 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA - A administradora da empresa declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1655545 em 02/07/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240360249 - 25/06/2024. Autenticação: AEC839DAC3199933F32E01B18E84BD64C83CDDB. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/036.024-9 e o código de segurança z5Fp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA- A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A sócia poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Falecendo ou interditado a sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A sócia declara que a sociedade se enquadra como EMPRESA DE PEQUENO PORTE nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de abaixo para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Manaus, 28 de junho de 2024

_____
KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1655545 em 02/07/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240360249 - 25/06/2024. Autenticação: AEC839DAC3199933F32E01B18E84BD64C83CDDB. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/036.024-9 e o código de segurança z5Fp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/036.024-9	AME2400082765	25/06/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	02/07/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1655545 em 02/07/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240360249 - 25/06/2024. Autenticação: AEC839DAC3199933F32E01B18E84BD64C83CDDB. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/036.024-9 e o código de segurança z5Fp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa K R G TEIXEIRA LTDA, de CNPJ 29.091.842/0001-88 e protocolado sob o número 24/036.024-9 em 25/06/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1655545, em 02/07/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aurian Maria Sales Caldeira.
Certifica o registro, a Secretária-Geral, MARCIA LOPES BARROSO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	02/07/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	02/07/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 28/06/2024

SRM

Documento assinado eletronicamente por Aurian Maria Sales Caldeira, Servidor(a) Público(a), em 02/07/2024, às 10:49.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 24/036.024-9.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	MARCIA LOPES BARROSO

Manaus. terça-feira, 02 de julho de 2024

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 24/036.024-9 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 1655545 em 02/07/2024 da empresa 1320101147-7 K R G TEIXEIRA LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
1390031327-8	RUA WALDIR PEQUENO 12 CONJUNTO VISTA BELA - BAIRRO PLANALTO CEP 69044-470 - MANAUS/AM

2 de jul de 2024





QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CERTIFICADO DE REVENDA GLP

Razão Social :	K R G TEIXEIRA
CNPJ :	29091842000188
Nro. de Autorização :	GLP/AM0244064
Nro. Despacho :	ANP Nº 294
Data da Publicação :	01/03/2018
Endereço :	AVENIDA LAGUNA - 1231 - - LIRIO DO VALE - MANAUS - AM

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, certifica que nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, para exercer a atividade de revenda varejista de GLP, nos termos da Resolução ANP nº 51/2016.

Emitido às **10:57:15** horas do dia **22/07/2024** (data e horário de brasília).
Código de controle do certificado: **9D99CF4C4CE5E5D2**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.
Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

Voltar Imprimir

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
29.091.842/0001-88 **MATRIZ**		**17/11/2017**

NOME EMPRESARIAL
K R G TEIXEIRA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
DISTRIBUIDORA AMARANTE	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
47.22-9-02 - Peixaria
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV LAGUNA	**1231**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.038-010	**LIRIO DO VALE**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
AMARANTEDISTRIBUIDORA2018@GMAIL.COM	**(92) 9141-6513**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**17/11/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **29/08/2024** às **12:05:06** (data e hora de Brasília).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: K R G TEIXEIRA LTDA
CNPJ: 29.091.842/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:46:36 do dia 09/09/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/03/2025.
Código de controle da certidão: **F66F.7302.52EE.100C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.091.842/0001-88

Razão Social: K R G TEIXEIRA LTDA EPP

Endereço: - AV LAGUNA - / LIRIO DO VALE / MANAUS / AM / 69038-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/09/2024 a 04/10/2024

Certificação Número: 2024090509064964791588

Informação obtida em 09/09/2024 10:49:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: K R G TEIXEIRA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.091.842/0001-88
Certidão nº: [redacted]/2024
Expedição: 09/09/2024, às 10:44:23
Validade: 08/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **K R G TEIXEIRA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.091.842/0001-88, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS

CARTAO DE INSCRIÇAO DO CONTRIBUINTE

INSCRIÇAO	C.N.P.J	VIA
[redacted]	[redacted]	8

RAZAO OU DENOMINAÇAO SOCIAL
K R G TEIXEIRA LTDA

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA AMARANTE .

REGIME	CADASTRAMENTO	EMISSAO	VALIDADE
Normal	28/11/2017	27/03/2024	27/03/2026

APRESENTAÇAO OBRIGATORIA NA AQUISIÇAO DE MERCADORIAS

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO
AVE LAGUNA, NRO 1231, LIRIO DO VALE, MANAUS - AM CEP 69.038-010

ATIVIDADE ECONOMICA NA SEFAZ
4784-9/00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP), desde 31/05/2019.
4723-7/00, 4712-1/00 (desde 28/12/2023).

OBSERVAÇAO
Comércio ou Indústria Não Incentivada

CODIGO DE VERIFICAÇAO
001711552999649

PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA DE FINANÇAS,TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Razão Social: **K R G TEIXEIRA LTDA**
Nome Fantasia: **DISTRIBUIDORA AMARANTE**
Logradouro: **AVENIDA LAGUNA**
Número: **1231**
Bairro: **LIRIO DO VALE**

CNPJ: **29.091.842/0001-88**
Área Ocupada: **30.00**
Complemento:
CEP: **69038010**
Nota: **------**

Inscrição Municipal: **23749001**
Cadastro Imobiliário: **666671483**
Protocolo: **AML2400076148**
Data da Expedição: **22/04/2024**

ATIVIDADE(S) EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas
4784-9/00.04	**Comércio Varejista de Gás Liqüefeito de Petróleo (GLP) (Até 520 Kg)**

ATIVIDADE(S) NÃO EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4930-2/02.01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4930-2/03.02	Transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de produtos perigosos
4722-9/02	Peixaria
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
4924-8/00	Transporte escolar
4930-2/01.99	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal

OBSERVAÇÕES

- A Empresa acima identificada com base na Lei nº2.795 de 08/10/2021, procedeu a Atualização Cadastral em 22/04/2024, estando ciente de que este ato não regulariza o Alvará de Funcionamento, o qual deverá ser requerido e atendido todas as exigências do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus.
- Este documento é somente o comprovante de sua inscrição fiscal junto a Prefeitura de Manaus.
- O mesmo não representa e nem substituí a obrigatoriedade de obtenção do licenciamento aplicável as suas atividades econômicas, bem como, do Alvará de Localização e Funcionamento.
- Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: **https://portal-slim.manaus.am.gov.br/s/autenticidade/T3AD9P1T**

Escaneie o QR Code

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº

207173/2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **K R G TEIXEIRA LTDA**
ENDEREÇO : **AVENIDA LAGUNA, Nº: 1231, CEP: 69038010**
BAIRRO : **LÍRIO DO VALE** COMPLEMENTO:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **23749001**
CNPJ/CPF : **29091842000188**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, NÃO CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

27/08/2024

Tributos

***** NÃO CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS *****
***** NÃO HÁ DÉBITOS VINCENDOS *****

****
****
****
****
****
****
****
****

Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 25/11/2024

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND N°207173/2024

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **22B.0BF.0DB.68D**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 27/08/2024

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 54779470
Data: 02/09/2024
Hora: 15:35:35
Válida até: 02/10/2024

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

C.N.P.J: 29.091.842/0001-88 - K R G TEIXEIRA LTDA

Inscrição: 05.397.930-3 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4784-9/00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, encontramos débito e/ou restrições em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

- Contribuinte possui débitos com exigibilidade suspensa

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

C E R T I D Ã O E S T A D U A L D E D I S T R I B U I Ç Ã O

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 007915980 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 08/09/2024, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

K R G TEIXEIRA LTDA, vinculado ao CNPJ: 29.091.842/0001-88. ******** **

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 9 de setembro de 2024.

PEDIDO N°: 0007915980

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13201011477	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: K R G TEIXEIRA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2400052036

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

29 Abril 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/023.516-9	AME2400052036	26/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente documento 9 (nove) folhas numeradas de 2 a 8 que levam minha rubrica, compondo o Balanço Patrimonial da empresa K R G TEIXEIRA LTDA, sito à Av Laguna, nº 1231, Bairro Lírio do Vale CEP: 69.038-010, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob nº 1320.1011.477, sessão de 28/12/2023, CNPJ (MF) 29.091.842/0001-88.

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1320.1011.477

Balanço Patrimonial em 31/12/2023

ATIVO		
	2023	**2022**
CIRCULANTE	**2.536.363,52**	**1.185.321,99**
DISPONÍVEL	**1.095.499,79**	**17.893,32**
Caixa	0,00	593,00
Bancos Conta Movimento	1.095.499,79	17.300,32
VALORES A RECEBER	**65.123,06**	**59.012,16**
Duplicatas a Receber (Clientes)	65.123,06	59.012,16
ESTOQUES	**49.556,10**	**182.226,17**
Mercadorias	49.556,10	182.226,17
CREDITOS	**1.326.184,57**	**926.190,34**
Outros Créditos	899.730,00	800.000,00
Despesas Antecipadas	426.454,57	126.190,34
NÃO CIRCULANTE	**2.637.697,70**	**565.538,38**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**454.896,13**	**15.119,32**
Creditos e Valores	19.468,69	15.119,32
Adiantamento a Sócios	435.427,44	0,00
IMOBILIZADO	**2.182.801,57**	**550.419,06**
Veículos	2.140.246,07	564.819,80
Computadores e Periféricos	17.685,90	14.385,90
Móveis, Utensílios e Instalações	9.665,44	9.665,44
Imóveis	320.000,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	304.795,84	38.452,08
TOTAL DO ATIVO	**5.174.061,22**	**1.750.860,37**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1320.1011.477

Balanço Patrimonial em 31/12/2023

PASSIVO		
	2023	**2022**
CIRCULANTE	**810.847,83**	**298.063,92**
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	**810.847,83**	**298.063,92**
Duplicatas a pagar (Fornecedores)	469.697,40	67.092,47
Salários a Pagar	18.006,00	4.970,22
Obrigações Sociais e Fiscais	70.111,72	20.348,83
Financiamentos e Empréstimos	253.032,71	205.652,40
NÃO CIRCULANTE	**1.915.186,35**	**1.452.796,45**
EXÍGIVEL A LONGO PRAZO	1.915.186,35	458.852,32
Outras Contas a Pagar	993.169,76	208.300,00
Financiamentos e Empréstimos	922.016,59	250.552,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.448.027,04**	**993.944,13**
Capital Social	400.000,00	200.000,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Lucros Acumulados	747.184,02	0,00
Resultado do Exercício	1.254.082,91	747.184,02
Ajustes de Exercícios Anteriores	46.760,11	46.760,11
TOTAL DO PASSIVO	**5.174.061,22**	**1.750.860,37**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1320.1011.477

Balanço Patrimonial em 31/12/2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE		
	2023	**2022**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA - ROB	**5.407.125,36**	**1.746.878,98**
Receita Bruta de Vendas	5.372.999,12	1.746.878,98
Receita de Locação de Bens Móveis	34.126,24	0,00
(-) DEDUÇÕES E ABATIMENTOS	**(347.751,80)**	**(75.353,33)**
Simples Nacional	(347.751,80)	(75.353,33)
(=) RECEITA LIQUIDA	**5.059.373,56**	**1.671.525,65**
(-) CUSTOS OPERACIONAIS	**(3.094.161,44)**	**(671.232,73)**
Custo das Mercadorias Vendidas	(3.094.161,44)	(671.232,73)
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**1.965.212,12**	**1.000.292,92**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(618.469,20)**	**(237.587,08)**
Despesas Operacionais e Administrativas	(336.830,99)	(156.055,63)
Despesas c/ Pessoal	(219.904,82)	(73.667,82)
Despesas Tributárias	(61.733,39)	(7.863,63)
(=) RESULTADO OPER. ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**1.346.742,92**	**762.705,84**
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	**(92.660,01)**	**(15.521,82)**
Receitas Financeiras	2,80	0,00
(-) Despesas Financeiras	(92.662,81)	(15.521,82)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	**0,00**	**0,00**
(=) RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.254.082,91**	**747.184,02**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1320.1011.477

Balanço Patrimonial em 31/12/2023

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL				
ILG	=	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
ILG	=	2.991.259,65 / 2.726.034,18	=	*1,10*

INDICE DE SOLVÊNCIA GERAL				
ISG	=	ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
ISG	=	5.174.061,22 / 2.726.034,18	=	*1,90*

INDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL				
IEG	=	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO / ATIVO TOTAL		
IEG	=	2.726.034,18 / 5.174.061,22	=	*0,53*

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE				
ILC	=	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE		
ILC	=	2.536.363,52 / 810.847,83	=	*3,13*

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1320.1011.477

Balanço Patrimonial em 31/12/2023

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO				
CONTAS DO PL	**CAPITAL REALIZADO**	**RESERVA DE LUCROS**	**RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**TOTAL DO PL**
SALDO EM 31/12/2022	200.000,00	0,00	747.184,02	947.184,02
CAPITAL SOCIAL	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
RESERVA DE LUCROS	0,00	747.184,02	(747.184,02)	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	46.760,11	46.760,11
LUCRO LIQ. EXERCÍCIO	0,00	0,00	1.254.082,91	1.254.082,91
SALDO EM 31/12/2023	**400.000,00**	**747.184,02**	**1.300.843,02**	**2.448.027,04**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
CRC AM 16443/O

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1320.1011.477
Balanço Patrimonial em 31/12/2023

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC		
	2023	**2022**
I – ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit / Déficit Líquido do Exercício	1.254.082,91	747.184,02
Ajuste por:		
Total de Ajustes	**466.343,76**	**285.212,19**
(+) Depreciação	266.343,76	38.452,08
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	46.760,11
(+) Ajustes por Registro de Capital Social	200.000,00	200.000,00
Variaçoes nos Ativos	**(412.947,64)**	**(1.056.357,64)**
(-) Duplicatas a Receber (Clientes)	(6.110,90)	(59.012,15)
(-) Estoques	132.670,07	(182.226,17)
(-) Outros Créditos	(99.730,00)	(800.000,00)
(-) Créditos Diversos (RLP)	(439.776,81)	(15.119,32)
Variaçoes nos Passivos	**1.250.273,36**	**300.711,62**
(+) em Duplicatas a Pagar (Fornecedores)	402.604,93	67.092,57
(+) em Salários a Pagar	13.035,78	4.970,22
(+) em Obrigações Sociais e Fiscais	49.762,89	20.348,83
(+) em Outros Adiantamentos (ELP)	784.869,76	208.300,00
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2.557.752,39**	**276.750,19**
II – ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Aquisição de Imobilizado / Ajuste no Imobilizado	(1.898.726,27)	(588.871,14)
(+) Recebimento / Baixa por venda de Imobilizado	0,00	0,00
(=) CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(1.898.726,27)**	**(588.871,14)**
III – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazo	718.844,58	497.335,20
(-) Pagto de Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazo	0,00	(41.130,48)
(-) Saldo de Juros a Apropriar	(300.264,23)	(126.190,34)
(=) CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**418.580,35**	**330.014,38**
(=) AUMENTO / DIMUNUIÇÃO LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**1.077.606,47**	**17.893,43**
Caixa e Equivalente de Caixa no Inicio do Ano	**17.893,32**	**0,00**
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Ano	**1.095.499,79**	**17.893,32**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1320.1011.477
Balanço Patrimonial em 31/12/2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2023

1 – Contexto Operacional
K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88, é uma sociedade limitada, tributada na forma do SIMPLES NACIONAL, com sede em Manaus/AM, tendo como objetivo principal a Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP).

2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
A empresa declara que as demonstrações contábeis, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No presente exercício à empresa passa a adotar o novo modelo contábil simplificado para as Pequenas e Médias Empresas, aprovado pela Resolução CFC 1255 – NBC TG 1000.

3 – Principais Práticas Contábeis
As principais práticas contábeis adotadas estão apresentadas a seguir:

a) O resultado é apurado em obediência ao regime de competência do exercício que independe do recebimento ou pagamento;

b) Caixa e equivalente de Caixa, incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários;

c) Duplicatas a Receber, correspondem aos valores dos contratos e estão registradas ao valor nominal.

d) O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. As depreciações do imobilizado estão calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais previstas na legislação que levam em conta a vida útil econômica do bem e valor residual e foram computadas no resultado do exercício como despesas operacionais.

e) Os financiamentos de longo prazo são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, liquido dos encargos incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

f) Demais passivos circulantes demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

g) O capital social integralizado é de R$ 400.000,00. Sendo que 100% pertencem a sócia KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA.

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.
MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA GERAL

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente documento 9 (oito) folhas numeradas de 2 a 8 que levam minha rubrica, compondo o Balanço Patrimonial das operações compreendidas no periodo de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa K R G TEIXEIRA LTDA, sito à Av Laguna, nº 1231, Bairro Lírio do Vale CEP: 69.038-010, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob nº 1320.1011.477, sessão de 28/12/2023, CNPJ (MF) 29.091.842/0001-88.

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2023

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/023.516-9	AME2400052036	26/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

CRCAM
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MARCUS VINICIUS REIS SILVA
REGISTRO..... : AM-016443/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.100.082-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAZONAS, 08/04/2024 as 11:13:52.
Válido até: 07/07/2024.
Código de Controle: 6490.5803.4003.7537.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/023.516-9	AME2400052036	26/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa K R G TEIXEIRA LTDA, de CNPJ 29.091.842/0001-88 e protocolado sob o número 24/023.516-9 em 29/04/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1637968, em 30/04/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Meyre de Souza Mourao.
Certifica o registro, a Secretária-Geral, MARCIA LOPES BARROSO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
008.100.082-03	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
008.100.082-03	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	30/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 30/04/2024

SRM

Documento assinado eletronicamente por Meyre de Souza Mourao, Servidor(a) Público(a), em 30/04/2024, às 08:57.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 24/023.516-9.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	MARCIA LOPES BARROSO

Manaus. terça-feira, 30 de abril de 2024

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1637968 em 30/04/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240235169 - 29/04/2024. Autenticação: 8E1ABF9F0799486B033A72FDD4F9A5282B9E18. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/023.516-9 e o código de segurança j7mo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13201011477	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: K R G TEIXEIRA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2400015972

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

5 Fevereiro 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/007.148-4	AME2400015972	05/02/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente instrumento 9 (nove) folhas numeradas de 2 a 8 que levam minha rubrica, compondo o Balanço Patrimonial da empresa K R G TEIXEIRA LTDA, sito à Av Laguna, nº 1231, Bairro Lírio do Vale CEP: 69.038-010, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob nº 1310.1540.176, sessão de 28/12/2023, CNPJ (MF) 29.091.842/0001-88.

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

MARCUS VINICIUS REIS SILVA:008100[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1310.1540.176

Balanço Patrimonial em 31/12/2022

ATIVO	
	2022
CIRCULANTE	**1.185.321,99**
DISPONÍVEL	**17.893,32**
Caixa	593,00
Bancos Conta Movimento	17.300,32
VALORES A RECEBER	**59.012,16**
Duplicatas a Receber (Clientes)	59.012,16
ESTOQUES	**182.226,17**
Mercadorias	182.226,17
CREDITOS	**926.190,34**
Outros Créditos	800.000,00
Despesas Antecipadas	126.190,34
NÃO CIRCULANTE	**565.538,38**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**15.119,32**
Creditos e Valores	15.119,32
IMOBILIZADO	**550.419,06**
Veículos	564.819,80
Computadores e Periféricos	14.385,90
Móveis, Utensílios e Instalações	9.665,44
(-) Depreciação Acumulada	38.452,08
TOTAL DO ATIVO	**1.750.860,37**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador

[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1310.1540.176

Balanço Patrimonial em 31/12/2022

PASSIVO	
	2022
CIRCULANTE	**298.063,92**
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	**298.063,92**
Duplicatas a pagar (Fornecedores)	67.092,47
Salários a Pagar	4.970,22
Obrigações Sociais e Fiscais	20.348,83
Financiamentos e Empréstimos	205.652,40
NÃO CIRCULANTE	**458.852,32**
EXÍGIVEL A LONGO PRAZO	458.852,32
Outros Adiantamentos a Pagar	208.300,00
Financiamentos e Empréstimos	250.552,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**993.944,13**
Capital Social	200.000,00
Reservas de Lucros	0,00
Resultado do Exercício	747.184,02
Ajustes de Exercícios Anteriores	46.760,11
TOTAL DO PASSIVO	**1.750.860,37**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1310.1540.176

Balanço Patrimonial em 31/12/2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	
	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA - ROB	**1.746.878,98**
Receita Bruta de Vendas	1.746.878,98
(-) DEDUÇÕES E ABATIMENTOS	**(75.353,33)**
Simples Nacional	75.353,33
(=) RECEITA LIQUIDA	**1.671.525,65**
(-) CUSTOS OPERACIONAIS	**(671.232,73)**
Custo das Mercadorias Vendidas	671.232,73
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**1.000.292,92**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(237.587,08)**
Despesas Operacionais e Administrativas	(156.055,63)
Despesas c/ Pessoal	(73.667,82)
Despesas Tributárias	(7.863,63)
(=) RESULTADO OPER. ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**762.705,84**
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	**(15.521,82)**
Receitas Financeiras	0,00
(-) Despesas Financeiras	(15.521,82)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	**0,00**
(=) RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**747.184,02**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador

[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1310.1540.176

Balanço Patrimonial em 31/12/2022

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL				
ILG	=	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
ILG	=	1.200.441,31 / 756.916,24	=	*1,59*

INDICE DE SOLVÊNCIA GERAL				
ISG	=	ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
ISG	=	1.750.860,37 / 756.916,24	=	*2,31*

INDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL				
IEG	=	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO / ATIVO TOTAL		
IEG	=	756.916,24 / 1.750.860,37	=	*0,43*

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE				
ILC	=	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE		
ILC	=	1.185.321,99 / 298.063,92	=	*3,98*

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador

[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1310.1540.176

Balanço Patrimonial em 31/12/2022

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO				
CONTAS DO PL	**CAPITAL REALIZADO**	**RESERVA DE LUCROS**	**RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**TOTAL DO PL**
SALDO EM 31/12/2021	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE LUCROS	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	46.760,11	46.760,11
LUCRO LIQ. EXERCÍCIO	0,00	0,00	747.184,02	747.184,02
SALDO EM 31/12/2022	**200.000,00**	**0,00**	**793.944,13**	**993.944,13**

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador

[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1310.1540.176

Balanço Patrimonial em 31/12/2022

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC	2022
I – ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Superavit / Déficit Líquido do Exercício	747.184,02
Ajuste por:	
Total de Ajustes	**285.212,19**
(+) Depreciação	38.452,08
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	46.760,11
(+) Ajustes por Registro de Capital Social	200.000,00
Variaçoes nos Ativos	**(1.056.357,65)**
(-) Duplicatas a Receber (Clientes)	(59.012,16)
(-) Estoques	(182.226,17)
(-) Outros Créditos	(800.000,00)
(-) Créditos Diversos (RLP)	(15.119,32)
Variaçoes nos Passivos	**300.711,52**
(+) em Duplicatas a Pagar (Fornecedores)	67.092,47
(+) em Salários a Pagar	4.970,22
(+) em Obrigações Sociais e Fiscais	20.348,83
(+) em Outros Adiantamentos (ELP)	208.300,00
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**276.750,08**
II – ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
(-) Aquisição de Imobilizado / Ajuste no Imobilizado	(588.871,14)
(+) Recebimento / Baixa por venda de Imobilizado	0,00
(=) CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(588.871,14)**
III – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
(+) Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazo	497.335,20
(-) Pagto de Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazo	(41.130,48)
(-) Saldo de Juros a Apropriar	(126.190,34)
(=) CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**330.014,38**
(=) AUMENTO / DIMUNUIÇÃO LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**17.893,32**
Caixa e Equivalente de Caixa no Inicio do Ano	**0,00**
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Ano	**17.893,32**

[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador

[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

K R G TEIXEIRA LTDA

CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88 NIRE 1310.1540.176
Balanço Patrimonial em 31/12/2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

1 – Contexto Operacional
K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ(MF) 29.091.842/0001-88, é uma sociedade limitada, tributada na forma do SIMPLES NACIONAL, com sede em Manaus/AM, tendo como objetivo principal a Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP).

2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
A empresa declara que as demonstrações contábeis, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No presente exercício à empresa passa a adotar o novo modelo contábil simplificado para as Pequenas e Médias Empresas, aprovado pela Resolução CFC 1255 – NBC TG 1000.

3 – Principais Práticas Contábeis
As principais práticas contábeis adotadas estão apresentadas a seguir:

a) O resultado é apurado em obediência ao regime de competência do exercício que independe do recebimento ou pagamento;

b) Caixa e equivalente de Caixa, incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários;

c) Duplicatas a Receber, correspondem aos valores dos contratos e estão registradas ao valor nominal.

d) O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. As depreciações do imobilizado estão calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais previstas na legislação que levam em conta a vida útil econômica do bem e valor residual e foram computadas no resultado do exercício como despesas operacionais.

e) Os financiamentos de longo prazo são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, liquido dos encargos incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

f) Demais passivos circulantes demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

g) O capital social integralizado é de R$ 200.000,00. Sendo que 100% pertencem ao sócio KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA.

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

[redacted]
MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador
[redacted]

[redacted]
K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente instrumento 9 (oito) folhas numeradas de 2 a 8 que levam minha rubrica, compondo o Balanço Patrimonial das operações compreendidas no periodo de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa K R G TEIXEIRA LTDA, sito à Av Laguna, nº 1231, Bairro Lírio do Vale CEP: 69.038-010, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob nº 1310.1540.176, sessão de 28/12/2023, CNPJ (MF) 29.091.842/0001-88.

Manaus(AM), 31 de dezembro de 2022

[redacted]

MARCUS VINICIUS REIS SILVA
Contador

[redacted]

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
Karen Rose Gomes Teixeira
Administradora

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/007.148-4	AME2400015972	05/02/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	MARCUS VINICIUS REIS SILVA
REGISTRO..... :	AM-016443/O-8
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.100.082-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCAM contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAZONAS, 24/11/2023 as 14:37:23.
Válido até: 22/02/2024.
Código de Controle: 6490.7571.1802.7199.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1614624 em 05/02/2024 da Empresa K R G TEIXEIRA LTDA, CNPJ 29091842000188 e protocolo 240071484 - 05/02/2024. Autenticação: 138E9117F5547EBC1FD172C82F89A12363FA8F6. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 24/007.148-4 e o código de segurança xiN3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2024 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/007.148-4	AME2400015972	05/02/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa K R G TEIXEIRA LTDA, de CNPJ 29.091.842/0001-88 e protocolado sob o número 24/007.148-4 em 05/02/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1614624, em 05/02/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Abia Maria da Costa Carril.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Eylan Manoel da Silva Lins. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	MARCUS VINICIUS REIS SILVA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]	KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA	05/02/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 05/02/2024

SRM

Documento assinado eletronicamente por Abia Maria da Costa Carril, Servidor(a) Público(a), em 05/02/2024, às 16:28.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 24/007.148-4.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	EYLAN MANOEL DA SILVA LINS

Manaus. segunda-feira, 05 de fevereiro de 2024

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Coordenação-Geral de Planejamento, Administração e Gestão Estratégica
Coordenação de Apoio Técnico e Logístico
Serviço de Almoxarifado e Patrimônio

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação de capacidade técnica que a empresa: K R G TEIXEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 29.091.842/0001-88, FORNECEU, para o INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA-INPA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.263.896/0015-60, os materiais abaixo relacionados, referente à Aquisição de Gás GLP, objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº 22/2022, Processo Administrativo nº 01280.000585/2022-45.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	N° EMPENHO
1	**Gás refino de petróleo**, Tipo: gás liquefeito de petróleo - GLP, uso: **doméstico**	KG	7999	2023NE000022, 2023NE000104 e 2023NE000302

Os materiais foram entregues de modo satisfatório e dentro dos padrões técnicos exigidos pelas normas e recomendações em vigor, conforme Relatório e Termo de Atesto de Recebimento. Atestamos ainda, que a referida empresa cumpriu a contento com as obrigações assumidas, não havendo até o presente momento nada em nossos arquivos que desabone sua conduta.

Manaus, 19 de julho de 2024.

Vívian Campos de Oliveira
Chefe de Serviço de Almoxarifado e Patrimônio

Documento assinado eletronicamente por **Vivian Campos de Oliveira**, **Chefe do Serviço de Almoxarifado e Patrimônio**, em 19/07/2024, às 13:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcti.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **12110642** e o código CRC **20258FDD**.

Referência: Processo nº 01280.000165/2023-40 SEI nº 12110642

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Rua Anhanduí, 520, Galpão 3 - Flores
Cep. 69.058-827 – Manaus – Amazonas

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada, e para fins de prova, que a empresa **K R G TEIXEIRA**, CNPJ 29.091.842/0001-88, sediada Avenida Laguna nº 37-A, bairro Lírio do Vale Manaus/AM CEP 69.038-010, forneceu à **Secretaria Municipal de Educação/SEMED, CNPJ Nº 04.312.674/0001-82**, localizada na Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2549 – Parque Dez de Novembro, CEP 69.050-030, os produtos abaixo relacionados, de acordo com as Notas Fiscais especificadas, referentes às **Notas de Empenho 2023NE00317, 2023NE00318, 2023NE00319 e 2023NE00320.**

PRODUTOS	UND.	QUANTIDADE	NOTAS FISCAIS
GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO 13KG	**UN**	2.485	**444**
GAS LIQUEFEITO PETROLEO 45KG	**UN**	92	

Ressaltamos que a citada empresa cumpriu satisfatoriamente os compromissos contatuais assumidos, não havendo nenhum registro em nossos arquivos que possa desabonar sua capacidade técnica, administrativa e operacional. Atestamos, ainda, que os supracitados gêneros alimentícios foram entregues dentro do prazo estabelecido de 30 dias.

Manaus, 25 de abril de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: WILLIAM DE OLIVEIRA DIAS EM 26/04/2023 10:47:39
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MARCELO HENRIQUE CAMPBELL DA FONSECA EM 25/04/2023 16:13:01
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RAIMUNDO LUIZ VIDAL ALELUIA EM 25/04/2023 15:38:10

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://siged.manaus.am.gov.br/verifica/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 725767B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Rua Anhanduí, 520, Galpão 3 - Flores
Cep. 69.058-827 – Manaus – Amazonas

RAIMUNDO LUIZ VIDAL ALELUIA
Responsável pela Divisão de Alimentação Escolar - DAE

WILLIAM DE OLIVEIRA DIAS
Diretor de Departamento de Suprimento e Logística/SEMED

MARCELO HENRIQUE CAMPBELL DA FONSECA
Subsecretário Municipal de Infraestrutura e Logística/SEMED

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: WILLIAM DE OLIVEIRA DIAS EM 26/04/2023 10:47:39
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MARCELO HENRIQUE CAMPBELL DA FONSECA EM 25/04/2023 16:13:01
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RAIMUNDO LUIZ VIDAL ALELUIA EM 25/04/2023 15:38:10

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://siged.manaus.am.gov.br/verifica/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 725767B1

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira - 1948)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa KRG TEIXEIRA EPP, CNPJ 29.091.842/0001-88, estabelecida na Av. Laguna, 37-A, Lírio do Vale, Cep: 69038-010 forneceu os itens descritos abaixo:

- Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG:

EMPENHO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
2022NE001164	Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG	16
2022NE001384	Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG	82
2022NE001366	Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG	58
2022NE001324	Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG	16
2022NE001436	Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG	20
2022NE001437	Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG	3
2022NE000075	Gás Liquefeito de Petróleo 45 KG	33

Atestamos, ainda, que os fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Manaus– AM, 11 de maio de 2023.

[redacted]

Ch St Aprov Cmdo CMA

CONTATO APROV / CMA
E-mail: aprovcma@gmail.com

Scanned with CamScanner

Mulher, Assistência Social e Cidadania
Secretaria Municipal

Prefeitura de Manaus

Endereço: Av. Ayrão, esquina com a Av. Ferreira Pena, s/nº, Centro, CEP: 69.025-005
Telefone: (92) 3215-2686 | 3215-2322 | 3215-3885

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA N° 014/2022

Atestamos para os devidos fins que a empresa **KRG TEIXEIRA ME – DISTRIBUIDORA AMARANTE**, situada na Av. Laguna, nº 1231, – bairro: Lírio do Vale, na cidade de Manaus-AM, inscrita no CNPJ n° 29.091.842/0001-88, executou os serviços abaixo discriminados à PREFEITURA DE MANAUS – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA – SEMASC.

MATERIAL DE CONSUMO

DANFE: 33; 59; 92 – Série: 001	**Nº do Processo:** *2021.29000.29078.0.000682*
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	**Notas de Empenho**
GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO-GLP, Composição: propano e butano, Características: retornável, Unidade de Fornecimento: cilindro com **45kg**, Normas Técnicas: ABNT e ANP. Marca: Amazongás QTD: 120.	**2021NE00870** **2021NE01121** **2022NE00154**

Outrossim, informamos que os serviços foram executados em condições legais previstas no Contrato, e como tal, a empresa vem cumprindo com suas obrigações no que diz respeito a prazo e quantidade dos serviços, inexistindo assim fatos que desabonem sua **CAPACIDADE TÉCNICA.**

Manaus, 18 de julho de 2022.

Atenciosamente,

EDUARDO LUCAS DA SILVA

[redacted]

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDUARDO LUCAS DA SILVA EM 19/07/2022 11:40:16

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://siged.manaus.am.gov.br/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 342559AD

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(2º Gpt E Cnst/1970)
(GRUPAMENTO RODRIGO OCTÁVIO)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Contratante:

2º Grupamento de Engenharia
Endereço: Avenida Corônel Teixeira, 5513, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP: 69.037-000
CNPJ: 07.624.790/0001-25
Tel: (92) 3658-1060

Contratada:

KRG TEIXEIRA
Endereço: Avenida Laguna nº 37-A, bairro Lírio do Vale Manaus-AM.
CEP: 69.038-010
CNPJ: 29.091.842/0001-88
Tel: (92) 99141-6513 / 3213-6316

Atestamos para os devidos fins que a empresa KRG TEIXEIRA, acima descrita, forneceu os materiais referente ao empenho abaixo discriminado, atendendo a todos os requisitos técnicos, qualitativos e quantitativos exigidos por esta contratante.

Serviços prestados e/ou materiais fornecidos: **Gás Liquefeito de Petróleo – GLP**.

Empenhos referente ao ano 2022: 2022NE000713.

EMPENHO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
2022NE000713	Gás Liquefeito de Petróleo – GLP – 13 Kg	6
	Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - 45Kg	50

Por ser verdade, firmamos o presente.

Manaus-AM, 15 de maio de 2023.

[redacted]

ALDECIR PEREIRA MEDEIROS - Cap QAO
Chefe do Setor de Aprovisionamento

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa KRG TEIXEIRA, estabelecida na Avenida Laguna, nº 37, Lírio do Vale cep 69.038-010 Manaus-AM CNPJ 29.091.842/0001-88, Forneceu satisfatoriamente, no que dizem respeito a quantidade, prazo e fornecimento de GÁS GLP. A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante ao fornecimento, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

EMPENHO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
2022NE000390	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO 13 KG	6
	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO 45 KG	24
2022NE000526	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO 13 KG	2
	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO 45 KG	26

Manaus-AM, 10 de Maio de 2023.

[redacted]

Sub Tenente Gilson
CENTRO DE INSTRUCAO DE GUERRA NA SELVA
CNPJ: 09.651.520/0001-39
RUA ABRAÃO DE ARAÚJO, 750, SAO JORGE, Manaus-AM

Digitalizado com CamScanner

4º Batalhão de Aviação do Exército
fl. _____

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO
ESQUADRÃO CORONEL RICARDO PAVANELLO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto que, para os devidos fins, a empresa K R G TEIXEIRA , inscrita no CNPJ 29.091.842/0001-88, forneceu a este Órgão, os seguintes materiais:

Empenho	Descrição	Quantidade
2022NE000348	Gás Liquefeito de petróleo 13kg	03
2022NE000348	Gás Liquefeito de petróleo 45kg	24
2022NE000478	Gás Liquefeito de petróleo 45kg	36
2023NE000051	Gás Liquefeito de petróleo 45kg	42

Até a presente data nada consta que desabone sua conduta em relação à qualidade do material adquirido, como também dos prazos acordados.

Manaus -AM, 12 de maio de 2023.

[redacted]

Comandante do 4º Batalhão de Aviação do Exército

ESTADO DO AMAZONAS
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

AUTO DE VISTORIA

Nº do Processo	Nº do AVCB
1544	12372

Certificamos para fins de REGULARIZAÇÃO, junto a ANP, que o posto de revenda de 01 GLP Classe II - Até 1.560 Kg e 01 GLP Classe III - Até 6.240 Kg. de propriedade de K R G TEIXEIRA - EPP - CNPJ Nº. 29091842000188 sito na Avenida Laguna, QD A, LOTE A, Nº 1231, Bairro LÍRIO DO VALE, MANAUS - AM, com área de armazenamento de 26,49 m², satisfazem as exigências dos dispositivos de prevenção contra incêndio previsto na Legislação vigente.

Obs:
1. Este Auto de Vistoria se aplica única e exclusivamente ao posto de GLP.
2. Por ocasião da renovação, toda a edificação constante no endereço desta certidão, deverá estar regularizada junto ao Corpo de Bombeiros;
3. É obrigação do proprietário ou responsável pelo uso da edificação manter as medidas de segurança contra incêndio, em condições de utilização, providenciando sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independentemente das responsabilidades civis e penais cabíveis, conforme estabelece o Art. 47, III, do Decreto Estadual supra.

Vistoriante: ST Bianca
Data da Vistoria: 23/03/2023
Validade: 21/03/2028
Consulte a veracidade desse certificado lendo o QRCode ao lado ou acesse sisgat.cbm.am.gov.br/portal/consultar-certificado

KRG TEIXEIRA LTDA
CNPJ: 29.091.842/0001-88 IE: 05.397.930-3
Av. Laguna, 1231 Manaus-AM
Bairro: Lírio do Vale CEP: 69038-010
Fones: (92) 99141-6513 / 3213-6316
e-mail: amarantedistribuidora2018@gmail.com

DECLARAÇÕES

KRG TEIXEIRA LTDA, CNPJ nº 29.091.842/0001-88, sediada à Av. Laguna, 1231, Lírio do Vale, Manaus/AM – CEP 69038-010, neste ato representada por **KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA**, portadora do RG nº [redacted]P/AM, inscrita sob CPF nº [redacted] sob as penas da lei, para todos os fins, **DECLARA**, que:

- Atendemos aos requisitos de habilitação e responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Cumprimos às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Manaus – AM, 10 de setembro de 2024.

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA - CNPJ 29.091.842/0001-88
Karen Rose Gomes Teixeira
Sócia Proprietária

KRG TEIXEIRA LTDA
CNPJ: 29.091.842/0001-88 IE: 05.397.930-3
Av. Laguna, 1231 Manaus-AM
Bairro: Lírio do Vale CEP: 69038-010
Fones: (92) 99141-6513 / 3213-6316
e-mail: amarantedistribuidora2018@gmail.com

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS

A empresa **KRG TEIXEIRA LTDA**, CNPJ nº 29.091.842/0001-88, sediada à Av. Laguna, 1231, Lírio do Vale, Manaus/AM – CEP 69038-010, neste ato representado por sua representante legal **KAREN ROSE GOMES TEIXEIRA**, inscrita sob CPF nº [redacted] 68 e seu contabilista devidamente registrado, o sr. **MARCUS VINICIUS REIS SILVA**, com registro CRC/AM 16.443/O, sob as penas da lei, para todos os fins, **DECLARA**, que os índices econômicos atendem aos critérios do item 8.26.1 do Termo de Referência.

Manaus – AM, 10 de setembro de 2024.

[redacted]

K R G TEIXEIRA LTDA
CNPJ 29.091.842/0001-88
Karen Rose Gomes Teixeira
Sócia Proprietária

[redacted]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
29.091.842/0001-88 **MATRIZ**		**17/11/2017**

NOME EMPRESARIAL
K R G TEIXEIRA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
DISTRIBUIDORA AMARANTE	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
47.22-9-02 - Peixaria
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV LAGUNA	**1231**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.038-010	**LIRIO DO VALE**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
AMARANTEDISTRIBUIDORA2018@GMAIL.COM	**(92) 9141-6513**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**17/11/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/09/2024** às **14:32:09** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/09/2024 14:31:44

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **K R G TEIXEIRA LTDA**
CNPJ: **29.091.842/0001-88**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.091.842/0001-88**	DUNS®:	**918024819**
Razão Social:	**K R G TEIXEIRA LTDA**		
Nome Fantasia:	**DISTRIBUIDORA AMARANTE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.091.842/0001-88**	DUNS®:	**918024819**
Razão Social:	**K R G TEIXEIRA LTDA**		
Nome Fantasia:	**DISTRIBUIDORA AMARANTE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.091.842/0001-88**	DUNS®:	**918024819**
Razão Social:	**K R G TEIXEIRA LTDA**		
Nome Fantasia:	**DISTRIBUIDORA AMARANTE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**19/05/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**01/01/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**15/09/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**05/01/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**02/10/2024**
Receita Municipal	Validade:	**25/11/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

CPF: 328.XXX.XXX-40 Nome: THIAGO DE ANDRADE ALVES

Ass: _____

GCALC GU MANAUS
Fl_____
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 082

A União, por intermédio do Comando do Comando Militar da Amazônia, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 4715, Ponta Negra, na cidade de Manaus / AM, CEP 69.037-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.207.029/0001-00, neste ato representado pelo Senhor Coronel SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES, Ordenador de Despesas, nomeado pelo Boletim Interno nº 230, de 13 de dezembro de 2022, inscrito no CPF sob o nº [redacted] portador da Carteira de Identidade nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 30/2023, processo administrativo n.º 64273.007651/2024-89, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP , em proveito do Comando Militar da Amazônia, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 11/2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GCALC GU MANAUS
FI_____
RUBRICA

KRG TEIXEIRA LTDA
CNPJ: 29.091.842/0001-88
IE: 05.397.930-3
Av. Laguna, 1231 Manaus-AM
Bairro: Lírio do Vale
CEP: 69038-010
Fones: (92) 99141-6513 / 3213-6316
e-mail: amarantedistribuidora2018@gmail.com

Item	Especificação	CATMAT	Und	Quant	Valor Unit	Valor Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	480	120,00	R$ 57.600,00
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	1.308	463,00	R$ 605.604,00
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	24	217,00	R$ 5.208,00
5	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461517	UN	153	120,00	R$ 18.360,00
6	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461515	UN	240	463,00	R$ 111.120,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Comando do Comando Militar da Amazônia

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

(2) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	2	4	6
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	5	10	21
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

GCALC GU MANAUS
Fl_____
RUBRICA

(3) ÓRGÃO PARTICIPANTE: COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS/ 12RM						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	1	8	16
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	1	8	56
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(4) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	1	4	12
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	3	16	160
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(5) ÓRGÃO PARTICIPANTE: PARQUE DE MANUTENÇÃO /12						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	3	20	20
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	3	20	200
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(6) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 12º BATALHÃO DE SUPRIMENTO						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	0	0	0
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	2	6	84
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(7) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	0	0	0
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE	461515	UN	6	32	90

GCALC GU MANAUS
FI_____
RUBRICA

	45Kg (em forma de troca)					
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0
5	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461517	UN	12	36	120

(8) ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	15	25	0
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	0	0	0
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0
5	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca) COTA RESRVADA	461517	UN	15	25	33
6	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca) COTA RESERVADA	461515	UN	60	190	240

(9) ÓRGÃO PARTICIPANTE: COLÉGIO MILITAR DE MANAUS						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	1	4	4
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	2	25	81
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

(10) ÓRGÃO PARTICIPANTE: CENTRO DE EMBARCAÇÕES DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	10	30	200
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	5	40	80
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	0	0	0

GCALC GU MANAUS
FI_____
RUBRICA

(11) ÓRGÃO PARTICIPANTE: 4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	2	10	12
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	25	100	125
4	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 20Kg (em forma de troca)	468617	UN	2	22	24

(12) ÓRGÃO PARTICIPANTE: CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA						
Item	Especificação	CATMAT	Und	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total
2	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 13Kg (em forma de troca)	461517	UN	3	12	48
3	GAS GLP CONDICIONADO EM BOTIJA DE 45Kg (em forma de troca)	461515	UN	5	15	70

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

~~4.2. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

GCALC GU MANAUS
FI_____
RUBRICA

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9..

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

GCALC GU MANAUS
Fl_____
RUBRICA

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

GCALC GU MANAUS
FI_____
RUBRICA

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

GCALC GU MANAUS
Fl_____
RUBRICA

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

GCALC GU MANAUS
FI_____
RUBRICA

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

GCALC GU MANAUS
Fl_____
RUBRICA

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

~~*11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*~~

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

Manaus, AM, 13 de setembro de 2024.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante legal do fornecedor registrado

Pela Contratante

gov.br [redacted]

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – CEL R/1
Ordenador de Despesas do CMA

Pela Promitente Contratada

gov.br [redacted]

Karen Rose Gomes Teixeira
Sócia Proprietária

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM

PREGÃO 90029/2024

Às 10:30 horas do dia 11 de novembro do ano de 2024, considerando que a contratação do item restou deserta/fracassada, HOMOLOGA-SE automaticamente o Processo nª 64273012325202493, Pregão nª 90029/2024.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	AM
Objeto da compra:	Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel em proveito do Comando Militar da Amazônia.		
Entrega de propostas:	De 30/10/2024 às 09:00 até 11/11/2024 às 10:30		
Abertura da sessão pública:	Dia 11/11/2024 às 10:30 (horário de Brasília)		

Item 1 - Gás refino de petróleo

Gás Refino De Petróleo Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp, Uso: Industrial

Quantidade:	67782	Valor estimado:	R$ 13,4200
Unidade de fornecimento:	Quilograma	Situação:	Deserto e Homologado

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
11/11/2024 10:30:00	Item deserto.
11/11/2024 10:30:00	Item homologado.